

NOTAS A RESPEITO DAS DIFERENTES PROPOSTAS METODOLÓGICAS APRESENTADAS

Aparecida Joly Gouveia

Do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH
da Universidade de São Paulo

1. Sobre os trabalhos de MICHEL JEAN-MARIE THIOLENT e de MARIA M. MALTA CAMPOS

THIOLENT procura realizar no curto período de tempo que lhe é reservado a difícil tarefa de apresentar diferentes modalidades de pesquisa empregadas no campo das ciências humanas. A despeito do caráter necessariamente sumário da discussão dos tipos descritos, o trabalho é muito oportuno, pois, além de apontar o problema dos radicalismos, cujos efeitos entre nós se têm feito sentir sobretudo em programas de pós-graduação em educação, suscita reflexões sobre uma modalidade de pesquisa que, sob denominações várias — pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa participativa, etc. — tem sido proposta não só como eticamente mais defensável mas, também, como capaz de melhor apreender a dinâmica das situações sociais e mais facilmente concorrer para a sua transformação.

No tocante aos radicalismos mencionados — quantitativismo e qualitativismo — a questão poderia com proveito ser discutida examinando-se as dificuldades e limitações que, na prática, um e outro tipo de metodologia apresentam, algumas das quais, aliás, afloram já no trabalho. Na esteira do que faz o Autor, detenhamo-nos um pouco nas questões decorrentes

do recorte da realidade e processo de coleta de dados.

Na pesquisa quantitativa, e tipicamente no "survey" de atitudes e opiniões, começa-se por delinear uma amostra aleatória, simples ou estratificada. Para efeitos analíticos, os sujeitos são agrupados em categorias definidas em termos de variáveis presumivelmente relevantes para o estudo do problema investigado e a análise se encaminha respeitando-se os contornos das categorias, que, na verdade, constituem simples agregados estatísticos. Ora, esse tipo de "design" negligencia uma importante dimensão da realidade, que é a posição dos sujeitos nas estruturas de poder. Por mais que na definição das categorias se combinem as variáveis demográficas consideradas relevantes, não se conseguirá recuperar aquela dimensão, particularmente quando se tem em mente estruturas informais de poder. O que se poderá dizer é que pessoas deste ou daquele sexo, de determinadas faixas etárias, níveis de instrução, etc., manifestam-se desta ou daquela maneira a respeito do assunto focalizado. Mas que importância ou conseqüências práticas terá isso se entre as pessoas que se incluem numa mesma categoria a capacidade ou legitimidade para tomar decisões e implementá-las, de influenciar o curso dos acontecimentos, pode variar?

Na abordagem qualitativa o pesquisador pode

trabalhar com grupos históricos e, por outro lado também, não fragmenta necessariamente as suas unidades de análise considerando-as sob aspectos suscetíveis de tratamento estatístico. Neste tipo de abordagem, porém, a escolha de informantes ou sujeitos de observação é mais problemática, podendo exigir permanência mais demorada em campo, certa intuição ou até mesmo sorte. Além disso, por não utilizar situações e instrumentos padronizados para coleta de dados, esta modalidade de pesquisa requer pesquisadores com mais experiência e sensibilidade, capazes de aproveitar oportunidades de informação e observação imprevisíveis que a situação de campo oferece.

Por outro lado, enquanto na abordagem quantitativa, por mais exigentes que sejam os modelos de análise, poderão ser eles previstos por quem se dispunha a consultar a bibliografia especializada, na abordagem qualitativa, mesmo quando a pesquisa se oriente por um esquema teórico explícito, é a imersão nos dados que permitirá o encaminhamento da análise; assim, para esta fase, também, mais talento precisará ter o pesquisador e mais precisará contar com o seu próprio julgamento para decidir sobre a adequação das evidências e a propriedade das interpretações.

Ao mencionar essas características de um e outro tipo de abordagem não estou sugerindo que o pesquisador se encontre sempre na posição de fazer uma escolha. Há problemas de investigação que exigem informações referentes a um grande número de sujeitos e que, conseqüentemente, não comportam outro recurso senão o da abordagem quantitativa. Em outros casos, como, por exemplo, quando se quer apreender a dinâmica de um processo, a abordagem qualitativa é a indicada. Existem ainda situações em que a combinação das duas abordagens não só é cabível como, sobretudo, desejável.

Para não prolongar mais a discussão sobre o que THOLLENT considera, com razão, "problema mal colocado" passemos a algumas observações a respeito do tipo de pesquisa por ele denominado de "construção ou reconstrução". Ao caracterizar este tipo, o Autor afirma: "... não se trata de observar e descrever... O problema principal consiste em saber como alcançar determinados objetivos, organizações, práticas educacionais etc ... (Este tipo) pressupõe que o pesquisador dispõe de um conhecimento prévio a partir do qual serão resolvidos os problemas de concepção do objeto de acordo com regras e critérios a serem concretizados. Não é um método de obtenção de informação, é um método de injeção de informação na configuração do objeto."

Assim caracterizada, o que se apresenta como pesquisa de "construção ou reconstrução" constitui, na verdade, uma forma particular de engenharia social. Dados certos objetivos, formulados em função do comprometimento com mudanças consideradas desejáveis, o trabalho se concentraria na busca de caminhos e meios para alcançá-los. Os conhecimentos trazidos pelo pesquisador, bem como os que viessem a ser obtidos norteariam a compatibilização entre as condições particulares da situação (aí compreendendo-se as reações dos sujeitos nela envolvidos), e os fins a serem

atingidos.

Porém, nesta nova versão de engenharia social, o recurso por excelência a ser utilizado no decorrer do próprio processo de pesquisa, ausente na concepção convencional, seria a "conscientização" dos sujeitos alvo da intervenção. Esclarece ainda o Autor: "Os pesquisadores estabelecem canais de investigação e intervenção nos meios estudados, nos quais a interação entre os grupos "mais esclarecidos" e os "menos esclarecidos" gera ou prepara mudanças coletivas nas representações, comportamentos e formas de ação."

Como recurso para incentivar mudanças, por isso que melhor instrumentada, já que pode orientar-se e redefinir-se no contacto com os sujeitos alvo da ação, tal estratégia poderá, pelo menos no âmbito restrito da situação ou grupo focalizado, ser mais eficaz que qualquer outra desencadeada a partir de planos de gabinete fundamentados em relatórios de pesquisa elaborados no estilo acadêmico convencional.

A forma proposta poderia realmente maximizar o potencial transformador do conhecimento desde que esse tipo de intervenção pudesse multiplicar-se envolvendo pesquisadores-promotores que atuassem em pontos cruciais das redes de relacionamento nas quais os sujeitos alvo da ação se inserem.

Não me parece, entretanto, que com essa estratégia se estaria eliminando a dimensão "poder" presente nas formas convencionais de obtenção e aplicação do conhecimento. O fato de nesse tipo de atuação o pesquisador entrar com seus conhecimentos prévios, o fato de os objetivos teóricos deverem ser constantemente reafirmados, conforme afirma o Autor, bem como o fato de a pesquisa visar à consecução de determinados fins, indicam que se mantém, sob forma mais sutil, o caráter assimétrico da relação pesquisador-pesquisados. Por mais que estes se envolvam em discussões sobre a situação ou problemas focalizados e que assumam parte ativa na coleta e interpretação dos dados, o pesquisador não abdica de seu papel de quem traz certo tipo de saber, de quem pode e deve ir além do senso comum, modalidade esta de conhecimento que é respeitada mas deve ser superada.¹

A interação entre pesquisador e pesquisados poderá ser ampla e multidirecionada mas, como no próprio texto se afirma, o processo é normativamente dirigido, embora se proponha normativamente dirigido no sentido de fortalecer tendências "criadoras e construtivas".

Porém, o que se entenderia por "tendências criadoras e construtivas"? Quem as identifica como

1. "... o cientista social deve atender às expectativas que o inserem no processo de autoconsciência da realidade social. Mas ao fazê-lo não pode e nem deve negligenciar outras obrigações a que está sujeito e que decorrem da própria natureza do trabalho científico, bem como da qualidade dos papéis intelectuais que tem de desempenhar socialmente. Em particular, jamais poderá admitir que essa circunstância transitória e aleatória acabe instaurando a degradação do conhecimento científico, pela via de sua identificação pura e simples com modalidades mais ou menos elaboradas do senso comum". (Fernandes, 1976, p. 77)

tal? O pesquisador? Os pesquisados indistintamente? Ou aqueles mais diretamente envolvidos no processo que está sendo normativamente dirigido?

Ao fazer essa indagação não estou negando a importância ou até mesmo a inevitabilidade de um posicionamento do pesquisador em relação a objetivos sociais mais amplos e muito menos que estes possam ser formulados, justificados e justificáveis.

O que me preocupa é a responsabilidade que assume o pesquisador ao estimular no processo mesmo da pesquisa (ou seja, numa situação que ele paradoxalmente estaria procurando investigar e compreender) mudanças em representações e comportamentos que poderão afetar, de maneiras imprevisíveis, a vida das pessoas envolvidas, sem que, contudo, isso pouco ou nada venha significar em termos de uma transformação social mais ampla.

Essas reflexões me levam a expressar certa reserva em relação a uma utilização indiscriminada dessa técnica de intervenção.

Admito contudo que, quando criteriosamente aplicada, em situações particulares como as mencionadas no trabalho de MARIA M. MALTA CAMPOS ela possa produzir efeitos pedagógicos e acarretar conseqüências práticas na direção desejada.

Quanto a possíveis frutos dessa estratégia em termos de geração de conhecimento teórico ou de alcance mais amplo, nossa hipótese, baseada nos poucos relatos de que temos conhecimento, é de que não seriam superiores aos de um estudo acadêmico convencional realizado, competentemente, em situação de campo suficientemente prolongada para afastar naturais reservas entre pesquisados e pesquisador.

2. Sobre o trabalho de MARLI E.D.A. ANDRÉ

O trabalho de MARLI ANDRÉ constitui uma sistematização bastante didática das características e alcance do estudo de caso. Pelo que sei, é o primeiro texto em português que aborda com clareza e abrangência os aspectos particulares desse tipo de pesquisa e os dilemas de sua aplicação.

Duas observações feitas em pontos diferentes do texto mas que se referem ambas a cuidados a serem observados na apresentação dos resultados da pesquisa devem, a meu ver, ser enfatizados. E isso não apenas em relação a estudos de caso.

Não se trata de simples aspectos formais, mas de cuidados essenciais para que o leitor possa bem informar-se e tenha elementos para avaliar criticamente as conclusões do pesquisador. O relato de pesquisa deve:

1) apresentar as representações ou interpretações divergentes que ocorram no grupo estudado; e

2) deixar clara a distinção entre: descrição dos fatos e interpretações do pesquisador; evidências primárias e secundárias; depoimentos de pesquisados e comentários do pesquisador.

São cuidados elementares aos quais, entretanto, nem sempre os pesquisadores se obrigam.

Um ponto problemático do texto é o que se refere à chamada "generalização naturalística". Conceber o relato de pesquisa como base para o leitor fazer interpretação de situações particulares de que tenha conhecimento concorreria para estimular diagnósticos amadorísticos, não muito diferentes daqueles que as pessoas costumam fazer de seus males a partir de informações obtidas através dos meios de comunicação de massa.

A meu ver, a possibilidade de generalização deve ser uma questão menor na consideração do estudo de caso. Este tipo de pesquisa visa à compreensão do que se passa numa instância singular, historicamente situada, procurando apreender a interação dos fatores de várias ordens que concorrem para a sua configuração, recuperando na análise, inclusive, os antecedentes da situação observada.

Essa estratégia presta-se muito bem ao estudo de mudanças em processo, de situações conflituosas ou de situações consideradas atípicas cuja análise se presume possa ser útil à compreensão do que, ao contrário, se considera rotineiro.

Lembro, a propósito, dois estudos de caso realizados há vários anos por pesquisadores familiarizados com os recursos teórico-metodológicos das ciências sociais: o de Luiz Pereira (1967), sobre uma escola primária de um município da área metropolitana de São Paulo, e o de J.B. Borges Pereira (1968), sobre um ginásio noturno que, na ocasião, pela gravidade dos problemas apresentados, constituía motivo de preocupação para a Secretaria da Educação daquele Estado. Nos dois casos, o fato de os pesquisadores atuarem, o primeiro como professor, e o segundo como diretor nos estabelecimentos estudados, lhes proporcionou a oportunidade de se comportarem como observadores participantes.

Convém notar que a observação participante, tal como usada principalmente por antropólogos, difere da situação em que se colocaria o pesquisador na pesquisa-ação, pois embora desempenhando um papel que legitima sua presença no grupo, ele não se propõe alterar a dinâmica do relacionamento entre os seus membros ou levar a mudanças através de conscientização.

A "redescoberta" do estudo de caso por pesquisadores formados em educação ou ligados institucionalmente a esta área já está produzindo frutos. A pesquisa de Sonia Penin (1983) sobre uma escola da periferia da cidade de São Paulo, recentemente divulgada, poderá estimular o interesse pelo estudo de outros casos, casos aparentemente díspares em situações semelhantes ou casos aparentemente semelhantes em situações díspares. Poder-se-ia assim caminhar para uma compreensão mais ampla do que se passa nas escolas de determinada região.

Suponho, por outro lado, que relatos sobre estudos de caso possam ter aplicação prática mais imediata como material para discussão em programas de treinamento de professores.

3. Sobre o trabalho de OBÉD GONÇALVES

Nesta época de certa inquietação, quando grande parte do discurso acadêmico na área da pesquisa educacional se esgota em discursos pró ou contra esta ou aquela metodologia, com efeitos por vezes inibidores sobre a investigação propriamente dita, é encorajador ter um trabalho como o de Obéd Gonçalves no qual se apresentam os resultados de uma pesquisa realizada mediante a aplicação de diferentes técnicas de coleta e análise de dados. Aí a raramente utilizada intercomplementariedade metodológica é posta à prova no estudo de um problema substantivamente relevante.

Deixando de lado uma discussão sobre o emprego do termo triangulação, que não expressa adequadamente a estratégia em questão já que triângulo só tem três ângulos e a intercomplementariedade pode envolver mais do que o termo sugere, devo dizer que vejo no trabalho um interesse maior do que o oferecido por estudos a respeito da implantação de inovações que têm chegado a meu conhecimento.

Apesar do caráter compreensivelmente sumário do relato apresentado, pode-se perceber para que fim cada uma das técnicas foi empregada e como os dados obtidos foram combinados de maneira a levar aos resultados apresentados.

Suspeito, entretanto, que os recursos utilizados e a habilidade em combiná-los não teriam produzido

o efeito observado se a análise não tivesse sido orientada por um enfoque teórico capaz de integrar os vários tipos de dados colhidos. Por mais que se aposte em determinado recurso metodológico e por mais "engenho e arte" que se tenha para combinar diferentes recursos, a sua eficácia não poderá ser avaliada se não houver uma teoria que imprima configuração e sentido às indagações e dados referentes ao objeto de estudo.

Em se tratando de educação, vasto tema que comporta cogitações de várias ordens, que se imbricam no campo de outras disciplinas, umas das dificuldades que o pesquisador encontra é o acesso a teorias formuladas fora da área em que habitualmente se move. No caso do estudo em apreço, parece claro que, tendo ou não tido contacto com as fontes de onde se originou, o pesquisador inspirou-se em teoria desenvolvida no campo da Sociologia das Organizações Complexas.

Aspecto crucial, porém, não é tão somente o do acesso a teorias surgidas em outros campos, mas o da utilização seletiva do que neles se encontra, pois certas especificidades dos problemas educacionais não podem ser negligenciadas. Contrapondo-se à transposição adequada que produziu os resultados apresentados no trabalho, há, por exemplo, a triste memória da tentativa, a meu ver bem intencionada, de aplicar o "Taylorismo" à Administração Escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1978.
- 2 - PENIN, Sonia Therezinha de Souza. "Uma escola primária na periferia de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa* (46), ago. 1983.

- 3 - PEREIRA, João Batista Borges. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1968.
- 4 - PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1967.